

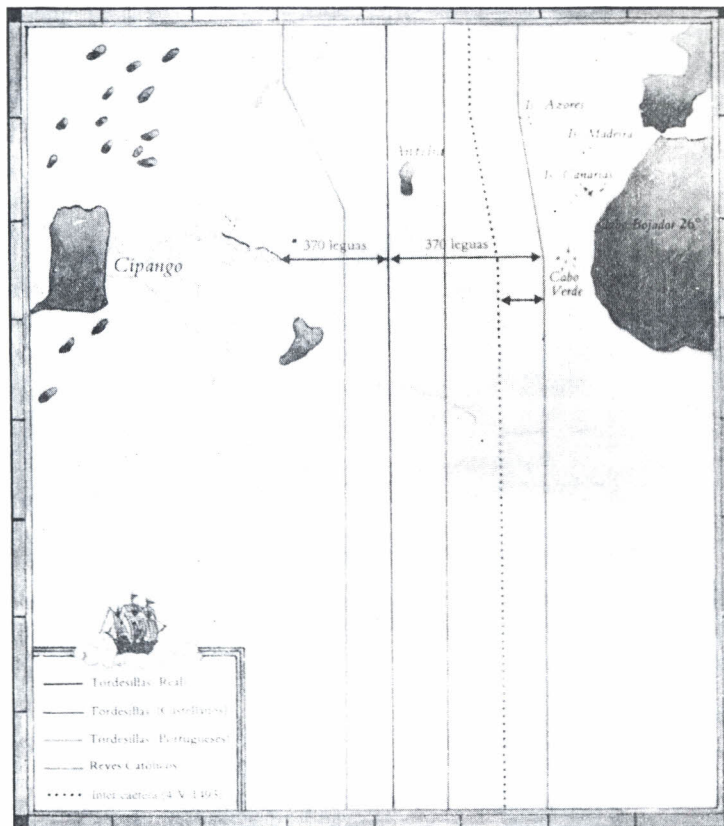
Falta um Tordesilhas

Evaristo E. de Miranda

No ano que vem festejam-se 500 anos do Tratado de Tordesilhas. Um acordo de bom senso entre Portugal e Espanha. Por séculos garantiu um sentido de continuidade aos empreendimentos ultramarinos e as economias dos dois reinos. Essa perspectiva de acordos de longo prazo, que tanto nos falta, tem no **Tratado de Tordesilhas** um fato exemplar.

Em 1493 o rei de Portugal, D. João II, recebe a visita do triunfante Cristóvão Colombo. Adverte-o que se as terras descobertas se encontravam abaixo do paralelo das Canárias pertenciam a Portugal, conforme o Tratado de Alcaçovas que pôs fim a guerra entre os dois reinos em 1479. Um novo conflito estoura. Os Reis Católicos acham que Portugal deve ficar com a África e a Espanha com as novas terras descobertas. Sua diplomacia consegue de Alexandre VI, três bulas papais que ratificam a posição castelhana: as "Inter Caeteras" e a "Eximia devotio-nes". Mas a coragem e firmeza do rechaço de D. João II a essas soluções foi total. Diante do desejo sincero dos dois reinos de não iniciar uma nova guerra, da incerteza dos Reis Católicos diante dos segredos do Oceano e das ameaças de Carlos VII da França contra o Papa uma série de contatos, discussões e negociações têm início entre os monarcas. As negociações finais ocorrem sem a presença dos reis que haviam delegado poderes a três procuradores plenipotenciários por nação. Eles materializam o **Tratado de Tordesilhas** em 7 de junho de 1494.

Pela primeira vez estabelecia-se uma fronteira de partição oceânica, revolucionando



os conceitos de territorialidade. Uma linha a 370 léguas a oeste de Cabo Verde, traçada de pólo a pólo, dividia os domínios espanhóis e portugueses. Um outro tratado, firmado no mesmo dia, mas ofuscado pelo brilho do primeiro, acertará a partilha da África e do reino do Fez, regulamentará direitos de pesca e de navegação na costa africana, assim como operações de guerra contra os mouros. Com um horizonte estabelecido pela redução e compatibilização das pretensões mútuas, cada estado pode trabalhar, investir e planejar dentro de um horizonte definido. Indústria naval, comércio, pesquisa científica, orçamentos e finanças públicas, tudo se orientou dentro dos novos horizontes.

O desígnio de confraternização dos reinos ibéricos prevaleceu sobre os motivos de choque apesar desses versarem

sobre interesses gigantescos. O Tratado não é somente uma vontade de evitar um conflito mas também um ato de submissão mútua entre os dois reinos diante da razão histórica. Essa mesma razão histórica que leva hoje palestinos e israelenses a se submeterem de forma recíproca e buscar um futuro de paz para ambos no Oriente Médio. Essa mesma razão histórica tem sido ouvida nos acordos e pactos sociais que países como o México, Espanha, Argentina, etc... souberam firmar em momentos críticos e decisivos.

Em nosso País sobre temas limitados como a questão amazônica, o problema do menor ou a política de rendas, esses entendimentos poderiam e deveriam ser tentados. Isso para não sonhar com acordos mais

amplos entre as elites e os setores mais desfavorecidos de nossa Nação em torno de um verdadeiro projeto para o país. **Tordesilhas** uniu e não separou interesses. Apesar das múltiplas transgressões, **Tordesilhas** foi fundamental para Portugal e Espanha darem um prosseguimento coerente a seu desenvolvimento econômico e social e determinou a atual configuração da América do Sul. Cinco séculos depois, talvez possa inspirar nossos agentes sociais e econômicos a refletirem e firmarem - acima de seus limitados interesses particulares - alguns **Tordesilhas**, para o bem de todos e felicidade geral desta Nação.

Evaristo Edvardo de Miranda é Doutor em Ecologia, professor da USP, pesquisador do NMA/Embrapa e presidente da EICOFORÇA.